



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11309 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 07/GT 13 - Educação Infantil e Ensino Fundamental

FORMAÇÃO DOCENTE PARA ATUAÇÃO EM CRECHES: UM ESTUDO EM PORTO VELHO-RO

Marli Lúcia Tonatto Zibetti - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Thabata Milane Santos Rodrigues - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: PIBIC/CNPq

FORMAÇÃO DOCENTE PARA ATUAÇÃO EM CRECHES: UM ESTUDO EM PORTO VELHO-RO

Introdução

Historicamente o atendimento às crianças de zero a seis anos no Brasil foi marcado pela dualidade entre espaço público de assistência social para as famílias de baixa renda e escolinhas privadas de preparação para o ingresso no ensino fundamental para as crianças oriundas de famílias com poder aquisitivo elevado, deixando profundas marcas nas concepções e práticas que constituem as escolas de educação infantil.

Essa dicotomia está presente nas concepções teóricas que sustentam o atendimento nessa faixa etária e também nas práticas pedagógicas da educação infantil, embora essa etapa da escolarização tenha passado por transformações significativas desde sua garantia como direito das crianças na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), sua inserção como primeira etapa da educação básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), e a determinação de obrigatoriedade da pré-escola por meio da Emenda Constitucional nº 59 (BRASIL, 2009).

Por sua vez, a formação de professoras/es para atuar nesse nível de ensino que era realizada pelas escolas normais, passou, também por determinação da LDB 9394/1996, a ser realizada nos cursos superiores de Pedagogia. Embora essa exigência tenha significado um avanço importante e representou a possibilidade de ampliar essa formação “[...] há especificidades no âmbito da prática educativa com as crianças que ainda precisam ser consideradas nas propostas de formação inicial de professores.” (PEROZA; MARTINS, 2016,

p. 810).

Se por um lado há consenso entre os teóricos das diferentes vertentes da psicologia sobre a relevância desse período da vida para o desenvolvimento infantil, há divergências importantes sobre a função da escola nessa faixa etária e conseqüentemente o papel dos/as professores/as nesse processo.

Historicamente a perspectiva construtivista, fundamentada na teoria piagetiana, tem predominado na sustentação de propostas pedagógicas e na formação docente para atuar na educação infantil. Mais recentemente, as contribuições da escola soviética, denominada de teoria histórico-cultural, têm comparecido como referencial importante na fundamentação de propostas pedagógicas para essa etapa da escolarização.

Enquanto a perspectiva construtivista, ancorada na ideia de que as crianças constroem o conhecimento por meio da interação com o meio e com os pares, deu origem a práticas pedagógicas que minimizaram a atuação direta dos/as professores/as nos processos de ensino, a teoria histórico-cultural defende que os/as docentes da educação infantil devem atuar como representantes da cultura sistematizada garantindo que essas escolas sejam espaços de acesso ao conhecimento e que os/as professores/as ocupem o papel de quem ensina, considerando o nível de desenvolvimento já alcançado e atuando na zona de desenvolvimento iminente.

Pessoa et al. (2017) evidenciam que grande parte dos/as professores/as não estabelece relação entre os processos de desenvolvimento e a aprendizagem, apresentando concepções que se assemelham àquelas do senso comum. Isso pode ser explicado pela insuficiência de elementos necessários para a atuação com crianças pequenas, oferecidos na formação docente, especialmente para atuar nas creches.

Ter ampla compreensão dos objetivos da educação infantil, seu papel na aprendizagem e no desenvolvimento são conteúdos imprescindíveis para a formação acadêmica em Pedagogia. Entretanto, estudos como os de Silva e Arce (2012) e Leonardo e Silva (2013), revelam que os/as professores/as não recebem formação que lhes garanta compreender seu papel como organizadores/as dos processos de ensino que considerem que “[...] o desenvolvimento das funções cognitivas é um processo cultural (e não natural), que resulta da apropriação do conhecimento (e ao mesmo tempo, dialeticamente, possibilita a aquisição de novos conhecimentos)” (PASQUALINI, 2010, p. 188). Ao contrário, orientam-se por concepções maturacionistas sobre aprendizagem e desenvolvimento humano.

Silva e Arce (2013) ainda expõem que os/as professores/as de educação infantil atuam considerando, principalmente, o desenvolvimento de aspectos biológicos, desconsiderando a aprendizagem como propulsora do desenvolvimento infantil. Isso faz com que deixem de propor atividades pedagógicas dirigidas, intencionalmente, para as aprendizagens necessárias e adequadas a cada momento do processo de desenvolvimento.

O presente texto, elaborado a partir de investigação realizada com docentes que atuam

em creches no município de Porto Velho, apresenta e discute a percepção que as docentes apresentam sobre o próprio processo formativo para atuar com crianças de zero três anos.

Percurso metodológico

O município de Porto Velho oferece educação infantil em 70 escolas, sendo 50 delas localizadas na zona urbana e 20 na zona rural. Entre as escolas da zona urbana, 32 são exclusivas para o atendimento a essa etapa da escolarização e as demais são escolas de ensino fundamental que oferecem classes de educação infantil. Das 70 escolas existentes, apenas 36 oferecem atendimento às crianças na faixa etária correspondente às creches. Entretanto, somente seis dessas escolas atendem crianças de dois anos e nenhuma instituição atende crianças menores de dois anos.

A pesquisa foi realizada com nove professoras que atuam com crianças de dois e três anos em duas escolas de educação infantil (Quadro 1). Todas as entrevistadas são mulheres, com idades entre 28 e 45 anos.

Quadro 1 - Dados de formação e atuação das participantes da pesquisa

ESCOLA	PARTICIPANTE	IDADE	TURMA EM QUE ATUA	ANO DE CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
A	P1	38	3 anos	2014	3 anos
	P2	31	3 anos	2013	4 anos
	P3	33	3 anos	2008	8 anos
	P4	36	3 anos	2012	4 anos
	P5	45	3 anos	2007	22 anos
B	P6	39	3 anos	2014	1 ano e 6 meses
	P7	32	3 anos	2013	2 anos
	P8	36	2 anos	2012	5 anos
	P9	26	3 anos	2014	2 anos

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de fichas de identificação preenchidas durante as entrevistas.

Quanto à formação, todas cursaram Pedagogia, sendo oito em instituições de ensino superior privadas e apenas uma delas em instituição pública. Duas das professoras concluíram o curso antes de 2010 e, as demais, entre 2012 e 2014.

Foram entrevistadas cinco professoras da Escola A e quatro da Escola B. Quanto ao tempo de atuação na educação infantil, apenas a P5 pode ser caracterizada como uma professora com ampla experiência em docência na Educação Infantil, uma vez que atua há 22 anos. As demais entrevistadas são iniciantes na docência, com experiências que variam entre oito meses a cinco anos. Oito profissionais trabalham com crianças de três anos e uma com crianças de dois anos.

Obtido o aceite das gestoras, foram realizadas visitas às escolas para apresentação do projeto às professoras e, após o consentimento, conforme os devidos procedimentos éticos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com base em roteiro prévio.

As entrevistas foram gravadas e transcritas. As análises foram realizadas por meio da leitura e releitura das transcrições, orientando-se pelos objetivos do estudo e pelo referencial teórico da Psicologia Histórico-Cultural.

Resultados e discussões

Conforme pesquisa de Gomes (2017, p. 12) que analisou as matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia no estado de São Paulo, estes: “[...] apresentam-se frágeis e com reduzida base teórico-epistemológica, se comparados às demais Licenciaturas. Os ‘achados’ da pesquisa nos levam a crer que há uma formação menor, reduzida para a especificidade da educação infantil nesses cursos.”

Freitas (2019) analisou os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia e também concluiu que a formação para atuar na educação infantil não assume centralidade nos projetos formativos. Além disso “[...] o segmento menos enfocado é o da creche que pouco ou nada é abordado nos projetos.” (FREITAS, 2019, p. 24)

As professoras entrevistadas em nossa pesquisa também indicam que a formação acadêmica em Pedagogia deixou a desejar nos conteúdos, disciplinas e estágios voltados para a educação infantil, especialmente no que se refere à creche. Segundo elas, durante a formação em Pedagogia foram oferecidas algumas disciplinas voltadas para a educação infantil. Todavia, duas não realizaram estágio nessa etapa e as demais fizeram estágio na educação infantil, mas não no segmento creche. “[...] a gente fez estágio em educação infantil sim, mas não foram com os pequenininhos de dois, três anos. A gente fez com os alunos de seis anos, já eram maiores.” (P9).

No que se refere às disciplinas ofertadas na graduação, as mais citadas pelas entrevistadas foram: educação infantil, psicomotricidade e educação especial.

[...] ensino especial e educação infantil que teve na Faculdade. (P2)

[...] não teve bem essas disciplinas, uma coisa que eu acho muito vago porque deveria ter. A gente teve que buscar isso em uma pós porque na Faculdade mesmo não. (P5)

Teve a disciplina de educação infantil e foi só essa. (P6)

Há também uma recorrência nas afirmações das participantes de que a carga horária oferecida nos cursos não foi suficiente para uma formação sólida para atuação na educação infantil:

[...] É muita pressa no curso, a gente tem que acabar o semestre e aí tem prova então você acaba realmente não fazendo um bom curso. Não tem como, mesmo que os professores se esforcem. (P1)

O estágio ajudou um pouco só que as vezes o período é curto. Ajuda no início do trabalho, mas não quer dizer que seja 100% por causa do tempo, do banco de horas que a gente tem que cumprir. (P3)

Assim teve algumas disciplinas que foram bem abordadas né, outras só

foram pinceladas através de pesquisas de campo essas coisas, mas foi mais trabalho. Não foi bem explorado e também a carga horária de algumas disciplinas era insuficiente para abordar os temas propostos. (P4)

Se considerarmos que a etapa da Educação Infantil é responsável pela educação de crianças desde o nascimento até os cinco anos de idade, torna-se evidente a necessidade de formação específica e aprofundada, pois as crianças dessa idade estão em processos de desenvolvimento muito distintos das crianças maiores e, por isso, precisam de profissionais preparados e que possam atendê-las em suas necessidades de cuidado e aprendizagem. Conforme estabelece o artigo 29 da LDB a Educação Infantil, como primeira etapa da Educação básica “[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 1996).

A ausência de estágios específicos, em conjunto com a falta de especificidade da formação voltada para educação infantil se materializa nas palavras das professoras quando elas apontam nas entrevistas, a distância entre prática e teoria. Segundo as entrevistadas há um impasse considerável em colocar em prática os fundamentos vistos na formação superior.

A prática do teórico é água e óleo, não se misturam. [...] a teoria a gente não usa muito. (P2)

[...] a faculdade e a prática são muito diferentes então tem coisa que a gente aprende só na vivência mesmo, na prática. (P3)

[...] na verdade a gente aprende na prática né? O teórico ajudou bastante, mas assim bem no início eu fiquei bem perdida porque a gente sai nua e crua da Faculdade, né? (P8)

Essa problemática na formação de professores/as não é recente e muito menos isolada. Conforme apontava Candau em texto produzido em 1995: “[...] da análise da problemática da formação dos profissionais da educação é a questão da relação entre teoria e prática a mais preocupante.” (p. 49). Essa situação indica a fragilidade e a superficialidade da formação inicial de professores/as e a ausência de articulação entre o contexto de formação e o contexto de atuação profissional. O curso deveria articular esses dois momentos para que os/as professores/as percebessem que a teoria e a prática são constitutivas uma da outra.

O pouco aprofundamento na educação infantil durante a formação inicial traz também efeitos duradouros relativos ao desconhecimento, por parte das professoras, dessa etapa do desenvolvimento humano. Segundo elas, muitos dos desafios enfrentados no exercício da profissão se associam com a insuficiência de saberes sobre essa faixa etária, como podemos ver nos excertos a seguir:

Foi aquela questão do que pode e o que não pode. Mas a gente viu, mas essa questão do pré um e pré dois, primeiro e segundo ano. A creche em si, não! (P7)

Eu acho que [...] há necessidade de se aprofundar mais na educação infantil, porque é a base de tudo. Então assim, isso dentro das faculdades também precisaria ser focado, não só o fundamental um e dois. Eles [os

cursos] às vezes esquecem disso. (P9)

[...] a única turma que eu não queria pegar era a educação infantil, os pequenininhos. Não tive muito acesso a eles. (P9)

O desconhecimento a respeito da educação infantil, e principalmente da creche, faz com que muitas professoras tenham receio de trabalhar com crianças de zero a três anos. Os inúmeros desafios relacionados ao cuidado e à aprendizagem nessa faixa etária requerem um arcabouço teórico e prático que possibilite a atuação. Essa experiência, para as participantes dessa pesquisa, foi elaborada principalmente por meio das vivências com os alunos e outras professoras em sala.

Isso posto, as professoras também listaram os principais aprendizados adquiridos na graduação, referentes a educação infantil, e entre eles a didática e a organização do ensino foram os assuntos mais recorrentes nesse item.

A didática ofereceu bastante, como organizar o trabalho, como preencher, como fazer no caso os planos de aula, como trabalhar com as crianças metodologia essas coisas... isso daí eu consegui aprender bastante. (P2)

Como a parte da didática na educação infantil mesmo que tivemos, então ajudou bastante a gente hoje. (P4)

[...] na verdade foram algumas brincadeiras né? Algumas dinâmicas, bastante dinâmicas. A gente acaba aprendendo... então antes de eu terminar eu consegui aprender musiquinhas, essas partes assim. (P7)

Os dados apresentados pelas participantes caracterizam o enfoque dado a educação infantil pela graduação em Pedagogia. Noções de organização do trabalho pedagógico e exemplos de algumas atividades com as crianças menores. Os conteúdos sobre desenvolvimento e aprendizagem, normalmente são abordados em disciplinas de Psicologia da Educação e tratados de forma descontextualizada do trabalho pedagógico. Enfoque característico do formato disciplinar. Pasqualini (2010, p. 201) alerta para a especificidade da formação docente para atuar com crianças pequenas:

a natureza dessa prática social, em se assumindo como produto almejado o desenvolvimento da criança em suas máximas possibilidades, exige do seu agente uma sólida formação teórica. Isso porque as relações que precisam ser manejadas por esse profissional [...] encerram um alto grau de complexidade, o que torna o conhecimento empírico insuficiente para orientar a atividade do professor no interior dessa prática.

A ausência de uma sólida formação inicial, capaz de fornecer elementos teóricos imprescindíveis para a leitura da realidade, análise e atendimento das necessidades de aprendizagem das crianças é responsável pelas concepções e, conseqüentemente pela prática docente baseada em elementos do senso comum com as crianças, conforme demonstram pesquisas realizadas sobre a temática (PESSOA et al., 2017; BRITO et al., 2021).

Considerações finais

Os estudos analisados e os dados obtidos nesta pesquisa indicam que embora a

educação infantil esteja presente na formação, esta presença ainda é periférica e a formação voltadas às crianças menores permanece negligenciada:

Segundo as entrevistas essa formação deixou a desejar em diferentes aspectos no que se refere a educação infantil, aspectos esses que vão desde a ausência ou insuficiência de estágios quanto ao número reduzido de disciplinas que tratem a especificidade do trabalho pedagógico com essa etapa da escolarização, culminando com a falta de articulação entre teoria e prática.

A ausência de uma sólida formação inicial, capaz de fornecer elementos teóricos imprescindíveis para a leitura das condições de desenvolvimento, análise e atendimento das necessidades de aprendizagem das crianças, contribui significativamente para concepções equivocadas do papel dos/as professores/as e, conseqüentemente, pelo exercício de uma prática docente que não contribui para garantir as máximas possibilidades de desenvolvimento para as crianças.

Palavras-chave: Creche; Infância; formação docente.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e dá outras providências. Brasília, DF, 12 nov. 2009.
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRITO, A. M. S. et. al. Concepções de docentes de educação infantil: um estudo em Porto Velho – RO. In. NERI JÚNIOR, E, dos P.; GODIM, S. T. (Org.) **Cadernos de Ensino, Pesquisa e Extensão: Práticas de Pesquisa na Educação Básica**. V. 9. Belém: EditAedi/UFGA, 2021. p.46-62.
- CANDAU, V, M. **Rumo a uma nova Didática**. SP: Vozes, 1995.
- FREITAS, P. V. A. de. Formação de professoras e docência na educação infantil: aprendizagem e ensino sob o olhar da psicologia histórico-cultural. 30 f. 2019. **Relatório de Iniciação Científica** — Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.
- GOMES, M de O. O lugar da formação de professores de educação Infantil em cursos de Pedagogia: formação menor para o trabalho com crianças pequenas? **38ª Reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED)**. 2017. Disponível em http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017
Acesso em: 06 set. 2020
- LEONARDO, N. S. T.; SILVA, V. G. da. A relação entre aprendizagem e desenvolvimento na compreensão de professores do Ensino Fundamental. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. v. 17, n. 2, p. 309-317, jul./dez., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/BpkHJkSLkFfgCrhvd5dYXgv/?>

[format=pdf&lang=pt](#) Acesso em: 15 jul. 2022.

PASQUALINI, J. C. **Princípios para a organização do ensino na educação infantil na perspectiva histórico-cultural**: um estudo a partir da análise da prática do professor. 2014. Tese (Doutorado em Educação Escolar) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2010. Disponível:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101525/pasqualini_jc_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 jul. 2019.

PEROZA, M. A. de R.; MARTINS, P. L. O. A formação de professores para a educação infantil no limiar dos vinte anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 16, n. 50, p. 809-829, out./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/2860/2782> Acesso em 27 abr. 2018.

PESSOA, C. T. et al. Concepções de educadores infantis sobre aprendizagem e desenvolvimento: análise pela psicologia histórico-cultural. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 2, p. 147-156, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572017000200147&script=sci_arttext. Acesso em: 19 dez. 2019

SILVA, J. C.; ARCE, A. O Impacto das concepções de desenvolvimento infantil nas práticas pedagógicas em salas de aula para crianças menores de três anos. **Perspectiva**, v. 30, n. 3, p. 1099-1123, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2012v30n3p1099/24687> Acesso em: 15 jul. 2022.